

PEI 2021-2026

Planejamento **ESTRATÉGICO** Institucional

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas



Planejamento Estratégico
Institucional do Tribunal
Regional Eleitoral do
Amazonas 2021-2026

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
Av. André Araújo, 200 - Aleixo
69.060-000 – Manaus/AM
www.tre-am.jus.br

Design e Diagramação:
Alice Luanne Mustafa de Souza

Elaboração:
Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional -
ASPLAN asplan@tre-am.jus.br | (92) 3632-4435

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (AM).
Plano Estratégico 2016-2021 / Tribunal Regional Eleitoral do Amazo-
nas. __ Manaus: ASPLAN/TRE-AM, 2015.
34 p.

1. Administração Pública – gestão – Brasil. 2. Gestão estratégica –
Brasil. 3. Planejamento estratégico – Brasil. I. Título.

CDD 658.012

COMPOSIÇÃO DO PLENO em dezembro de 2021

Wellington José de Araújo
Presidente

Jorge Manoel Lopes Lins
Vice-Presidente e Corregedor

Victor André Liuzzi Gomes
Magistrado

Marcelo Manuel da Costa Vieira
Magistrado

Márcio André Lopes Cavalcante
Juiz Federal

Kon Tsih Wang
Jurista

Fabício Frota Marques
Jurista

Catarina Sales Mendes de Carvalho
Procuradora Regional Eleitoral

SUPLENTES

Elci Simões de Oliveira
Classe Desembargador

Abraham Peixoto Campos Filho
Classe Desembargador

Marcelo Pires Soares
Classe Juiz Federal

Luís Felipe Avelino Medina
Classe dos Advogados

Rafael da Silva Rocha
Classe Procurador Substituto

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA em dezembro de 2021

Joao Victor Pereira Martins da Silva
Diretor-Geral

Matheus Diniz Santos Ribeiro
Assessor Jurídico da Presidência

Almir Lopes da Silva
Secretário da Secretaria Judiciária

Paulo Germano Carvalho Leite
Secretario de Administração,
Orçamento e Finanças

Sirio Goes Vasconcelos
Secretário de Tecnologia Da Informação

Wesley Sirlam Lima de Aguiar
Secretário De Gestão De Pessoas

Breitner de Brito Gordinho
Assessor de Planejamento Estratégico

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Justiça Eleitoral tem sido referência no que diz respeito à excelência na execução de sua atividade-fim, a saber, realizar os pleitos necessários à escolha dos mandatários do Poder Executivo e Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Trata-se, portanto, do dever de garantia de um direito constitucional do cidadão, votar e ser votado, visando à consolidação da nossa justiça especializada perante a sociedade como instituição efetiva, transparente e, principalmente, confiável.

Para tanto, faz-se imprescindível a elaboração e a execução do presente Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para os anos de 2021 a 2026, com o fito de monitorar o desempenho do nosso Tribunal, bem como analisar os fatores intervenientes que possam impactar de algum modo o funcionamento da Instituição, tudo almejando propiciar subsídios à melhor tomada de decisão pela atual e pelas futuras gestões da Corte.

Cumprе ressaltar que coube à estratégia nacional do Poder Judiciário a definição dos macrodesafios para construção deste planejamento estratégico (aprendizado e crescimento; processos internos; e sociedade), contudo, cabe a nós, gestores de unidades, desenvolver tais agrupamentos de objetivos conforme as peculiaridades da Justiça Eleitoral Amazonense.

Nesse sentido, mister a avaliação do ambiente interno e ex-

terno, que envolve o nosso Tribunal, buscando conhecer os pontos fortes e fracos, além de oportunidades e ameaças, que, ressaltado, são observados em qualquer instituição.

Assim, embora consciente do número insuficiente de servidores da Justiça Eleitoral no grandioso Estado do Amazonas – e de todas as consequências daí advindas –, considero que o foco deva recair sobre o elevado grau de instrução do nosso quadro de pessoal, assim como na expertise para realização de eleição em regiões de difícil acesso, garantindo a todo cidadão amazonense a sua participação na festa democrática que ocorre, em regra, a cada dois anos.

No ensejo, registro, ainda, a luta de todos os servidores e de todas as servidoras do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas para conscientizar a nossa população acerca da importância do fim da difusão de fakenews, bem como para mobilizar a sociedade em prol da exigência de moralidade na política brasileira.

Consigno, ademais, que a posição de destaque alcançada pela Justiça Eleitoral junto à população não nos permite reduzir o esforço para, todos os dias, avançar rumo à excelência na prestação do serviço público. Desse modo, como dito, o presente planejamento estratégico visa nortear as ações do TRE-AM ao longo dos próximos anos com o objetivo não só de



manter as conquistas auferidas até a presente data, mas também de preencher as lacunas detectadas mediante consulta às unidades deste Tribunal e avaliações realizadas pela própria sociedade.

Ao longo deste planejamento, o leitor encontrará diversos temas, dentre os quais estão a melhoria do acesso aos locais de votação, o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade, o Programa Eleitor/Político do Futuro – capiteneado pela Escola Judiciária Eleitoral e executado especialmente no interior do Estado do Amazonas –, o constante trabalho de capacitação dos servidores e das servidoras do nosso Tribunal, a elaboração de cartilhas educativas acerca de assuntos relacionados à cidadania, a busca pela observância da celeridade na prestação jurisdicional e o aperfeiçoamento do acompanhamento do percentual de alcance geral das metas nacionais.

Ademais, o presente PEI trata também acerca do compromisso do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas com a transparência de suas ações junto à população, o que resultou, inclusive, em 2021, na premiação da nossa Corte no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, ocupando o 1º lugar dentre os Tribunais Eleitorais e o 2º lugar dentre todos os Tribunais do país.



Registro, ainda, ser de fundamental importância o olhar atento à sustentabilidade, valor tão caro para a nossa sociedade. Nesse ponto, anoto a nossa preocupação com o futuro do meio ambiente, notadamente por estarmos envolto pela maior floresta tropical do mundo, o que ensejou a elaboração e execução do projeto de uma Usina Fotovoltaica, gerando energia limpa para o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Por derradeiro, deixo consignado que as nossas conquistas não permitem que nos afastemos da melhoria contínua de processos internos e externos, sempre com disposição para o diálogo e a consciência de que precisamos, como agentes da administração pública, construir pontes que nos aproximem do nosso bem maior: o eleitor.

É com a certeza deste espírito público que conclamo a cada servidor e servidora do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas que assuma como sua obrigação perante o povo a tarefa de colocar em prática os planos aqui traçados.

A seguir, o Plano Estratégico Institucional para os anos de 2021 a 2026.

Desembargador WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO
Presidente do TRE-AM

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO	6
METODOLOGIA	7
ANÁLISE DO AMBIENTE	8
MISSÃO	10
VISÃO DE FUTURO	10
VALORES INSTITUCIONAIS	10
PERSPECTIVAS	12
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	13
MAPA ESTRATÉGICO	14
INDICADORES E METAS	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35



INTRODUÇÃO

Planejamento estratégico é uma ferramenta gerencial que pode ser entendida como um processo que permite definir o melhor caminho a ser seguido por uma organização, para atingir um ou mais objetivos, dentro de um contexto previamente analisado. Isto se faz através da análise de cenários, bem como pela definição metas e ações que permitirão que a organização chegue onde se deseja.

É uma ferramenta eficaz para o mapeamento e execução da estratégia por ser um instrumento de alinhamento e comunicação, o que ajuda a organização a identificar os objetivos-alvo e a monitorar o desempenho por meio de indicadores, subsidiando a tomada de decisões estratégicas e completando o ciclo de gestão.

No TRE-AM, compete à Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional – ASPLAN prestar o suporte necessário e mediar a elaboração do Planejam-

to Estratégico, bem como acompanhar a sua execução.

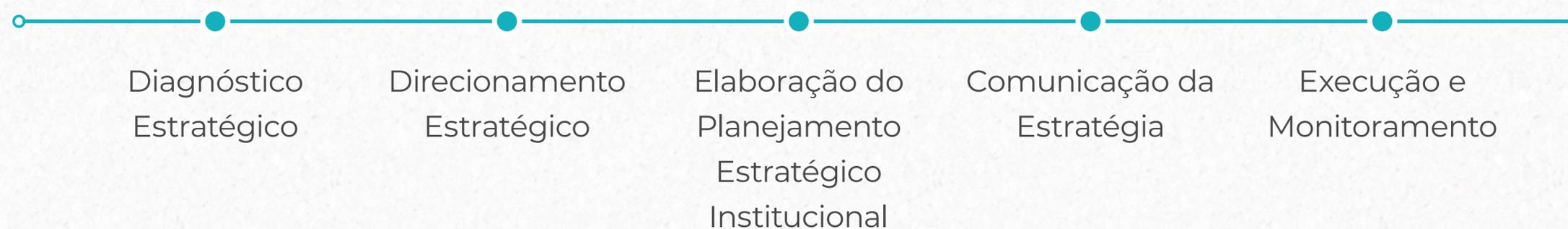
Análise do ambiente, reavaliação dos Direcionadores Estratégicos, estabelecimento dos Objetivos Estratégicos, definição dos Indicadores e Metas e finalmente, a escolha das Iniciativas Estratégicas, foram as etapas contempladas no processo de elaboração do Planejamento Estratégico Institucional. Também foi feito o alinhamento deste documento aos Macrodesafios definidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

O Planejamento Estratégico é um instrumento que atuará como uma bússola que direcionará a instituição pelos caminhos do aprimoramento institucional, tendo como destino a sua consolidação como uma instituição efetiva, transparente e confiável.

METODOLOGIA

A Resolução 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2016, é o documento que norteia a elaboração do Planejamento Estratégicos do Poder Judiciário para o período.

Para o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, foi utilizada a Portaria 829 de 24 de novembro de 2018 que institui a metodologia de gestão da estratégia do TRE/AM, e que define as seguintes etapas para a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional:



ANÁLISE DO AMBIENTE

A análise do ambiente fornece um diagnóstico situacional obrigatório para a formulação do plano estratégico. Consideram-se os fatores intervenientes (externos e internos) que possam impactar positiva e negativamente o funcionamento da instituição, o cumprimento da missão, a conformidade da visão de futuro e o alcance dos resultados pretendidos.

O ambiente interno é constituído pelos pontos fortes e fracos e pode ser controlado pelos gestores da organização, uma vez que ele é resultado das estratégias de atuação definidas pela alta administração. A instituição deve empenhar-se para manter ou melhorar os pontos fortes e eliminar ou mitigar os pontos fracos.

O ambiente externo, por sua vez, abrange as oportunidades e ameaças e está fora do controle da organização. Contudo, a instituição deve conhecê-lo e monitorá-lo periodicamente, de forma a aproveitar as oportunidades e evitar ou minimizar as ameaças.

A análise do ambiente para elaboração do Plano Estratégico 2021-2026 do TRE-AM foi feita por meio da metodologia SWOT – Sigla em inglês com os termos Strength (pontos fortes), Weakness (pontos fracos), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

Matriz SWOT

Ambiente Interno		Ambiente Externo	
<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capilaridade e facilidade de acesso aos serviços da Justiça Eleitoral • Celeridade e segurança no resultado das eleições • Expertise em logística de eleições na região amazônica • Assistência à saúde e outros benefícios oferecidos aos servidores • Quadro de pessoal com elevado grau de instrução 	<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alta rotatividade e dificuldade em manter preenchidos os cargos no interior do Estado • Quadro técnico de TI insuficiente e necessitando atualização em novas tecnologias • Capacidade de atendimento das demandas de TI (desenvolvimento e suporte) abaixo do necessário • Mudança dos gestores em ano eleitoral, causando descontinuidade ou atraso nos procedimentos administrativos • Quadro insuficiente de pessoal, aliado à ausência de política de lotação • Cultura de planejamento pouco desenvolvida • Falhas no planejamento e no acompanhamento da execução orçamentária (aderência e execução) • Gestão de pessoas focada mais no legalismo/tecnicismo do que no ser humano (qualidade de vida, motivação, aposentadoria, etc.) • Pouca difusão do conhecimento sobre gestão de processos de trabalho • Condições precárias de trabalho nos cartórios eleitorais do interior (comunicação, infraestrutura física, limpeza e segurança) • Morosidade na deflagração e tramitação de processos de aquisição de bens e serviços • Desmotivação, acomodação e falta de compromisso de parcela dos servidores 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial aumento da relevância da Justiça Eleitoral em razão do Registro Civil Nacional • Aumento da conscientização da sociedade brasileira, deixando a letargia e mobilizando-se para exigir mais moralidade na política do país • Estabelecimento de parcerias com outras instituições • Missão institucional de caráter dinâmico e desafiador • Atuação do CNJ no desenvolvimento uniforme do Poder Judiciário e fomento da sistematização da gestão • Maior aproximação do cidadão em decorrência de ações como a realização de eleições não oficiais e atendimento itinerante • Promoção da governança como tema fundamental para a melhoria do desempenho das organizações públicas 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contingenciamento orçamentário • Difusão de Fakenews • Complexidade e custo elevado para realização das eleições no Estado do Amazonas em razão das peculiaridades regionais • Desvalorização das carreiras no Judiciário • Defasagem da remuneração dos servidores • Incredulidade sobre a segurança do sistema eletrônico de votação • Austeridade fiscal nos próximos anos • Dificuldade de criação de cargos efetivos • Fortalecimento da ideia de extinção da Justiça Eleitoral



MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.



VISÃO

Consolidar-se perante a sociedade como uma instituição efetiva, transparente e confiável



VALORES

Acessibilidade – Celeridade
 – Comprometimento –
 Ética – Imparcialidade –
 Inovação – Responsabilidade
 Socioambiental –
 Transparência

Desenvolvimento dos valores:

- **Acessibilidade:** Garantia de acesso amplo e facilitado aos serviços prestados.
- **Celeridade:** Prestação de serviços e informações com qualidade e rapidez.
- **Comprometimento:** Cumprimento das atividades com empenho e dedicação.
- **Ética:** Cultivo de uma conduta individual e institucional em consonância com princípios legais e morais.
- **Imparcialidade:** Isenção e objetividade na tomada de decisões.
- **Inovação:** Busca por soluções baseadas na aplicação de conceitos e tecnologias atuais.
- **Responsabilidade Socioambiental:** Atuação consciente e ponderada em relação ao meio ambiente e fatores sociais.
- **Transparência:** Clareza e publicidade dos atos e das informações institucionais.

PERSPECTIVAS

A estratégia institucional foi elaborada em consonância com os macrodesafios definidos na estratégia nacional do poder Judiciário, e está arquitetada sobre três perspectivas:

- **Aprendizado e crescimento:**

Esta perspectiva refere-se ao processo de melhoria contínua da utilização de seus recursos, sejam eles financeiros, humanos ou tecnológicos, pelo qual toda a organização deve primar. Deve-se ter uma eficiente gestão orçamentária, visando garantir uma estrutura tecnológica adequada, bem como valorizar as pessoas, que serão parte fundamental para a realização e o desenvolvimento dos processos internos.

- **Processos Internos:**

Nesta perspectiva temos o foco da prestação de serviço da organização, que é realização do processo eleitoral e a prestação jurisdicional, ambas devem ser realizadas tendo como valores principais a segurança e transparência. Deve-se procurar a melhoria contínua dos seus processos internos e da Governança Institucional, o combate à corrupção, buscando sempre agregar valor e alcançar a excelência na prestação do serviço, visando atender as expectativas da sociedade.

- **Sociedade:**

Por fim, esta perspectiva busca representar como a Instituição se relaciona com os beneficiários de seus serviços, visando o fortalecimento de sua relação com a sociedade. Deve direcionar todas as ações da instituição em busca de atingir o seu objetivo principal, que é a garantia dos direitos fundamentais e o fortalecimento da democracia.

As perspectivas são as dimensões que agrupam os objetivos estratégicos e permitem um melhor equilíbrio dos esforços da organização.

A ideia é que através do constante **aprendizado e crescimento** institucional, aplicando este **conhecimento** e melhorando os seus **processos internos**, será possível alcançar os **resultados** almejados pela organização, que seria a prestação de um serviço de **qualidade** e atendimento às expectativas da **Sociedade**.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

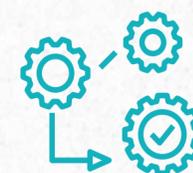
São os resultados que a instituição busca alcançar por meio da execução da estratégia. Os objetivos estão distribuídos em diferentes perspectivas e devem ser alcançados de forma equilibrada para que se alcance os resultados organizacionais de forma consistente.

O êxito no alcance dos objetivos estratégicos é fundamental para o cumprimento da missão institucional e do alcance da visão de futuro previamente definido.



Na perspectiva **Aprendizado e crescimento**, foram formulados os seguintes objetivos:

- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados



A perspectiva **Processos internos**, engloba os seguintes objetivos:

- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária



Ao final, na perspectiva **Sociedade**, temos os seguintes objetivos:

- Garantia dos direitos fundamentais
- Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade

MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Consolidar-se perante a sociedade como uma instituição efetiva, transparente e confiável

VALORES

Acessibilidade – Celeridade
– Comprometimento – Ética
– Imparcialidade – Inovação –
Responsabilidade Socioambiental –
Transparência



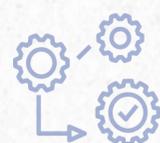
INDICADORES E METAS

Para medir o desempenho da estratégia, é necessário avaliar os resultados dos objetivos estratégicos. Utilizamos então indicadores de desempenho para acompanhar o grau de atendimento destes objetivos em relação às metas previamente estipuladas.

Ao fazer este acompanhamento é possível identificar se existe alguma lacuna entre o resultado e a meta proposta. Neste caso, deve-se propor uma iniciativa estratégica, programa ou ação para atuar nas razões desta diferença para ajustar o desempenho dentro de um prazo estabelecido.



SOCIEDADE	Garantir os direitos fundamentais	Fortalecer a relação institucional do judiciário com a sociedade		
	INDICADOR 01: Taxa de locais de votação urbanos com seções acessíveis	INDICADOR 02: Número de participações no Projeto Eleitor do Futuro INDICADOR 03: Índice de Transparência		



PROCESSOS INTERNOS	Agilizar a produtividade na prestação jurisdicional	Enfrentar a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais	Promover a sustentabilidade	Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança judiciária
	INDICADOR 04: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (1º Grau) INDICADOR 05: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (2º Grau) INDICADOR 06: Índice de atendimento à demanda (1º Grau) INDICADOR 07: Índice de atendimento à demanda (2º Grau)	INDICADOR 08: Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais INDICADOR 09: Tempo médio de tramitação dos processos Administrativos disciplinares	INDICADOR 10: Índice de desempenho de sustentabilidade	INDICADOR 11: Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia”



APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados
	*INDICADOR 13 - Índice de aprimoramento da gestão de pessoas	INDICADOR 14 Aderência da execução ao planejamento orçamentário INDICADOR 15: Perdas Orçamentárias INDICADOR 16: Taxa de inscrição em restos a pagar INDICADOR 17: Utilização do limite de pagamento	*INDICADOR 18 - Índice de atendimento de demandas e desenvolvimento da área de TIC

Observação: Os indicadores 12, e 17 são obtidos através de uma composição ponderada dos indicadores constantes nos Planos Estratégicos setoriais das Macrounidades.

Objetivo: Garantir os direitos fundamentais

INDICADOR 01: Taxa de locais de votação urbanos com seções acessíveis

O que mede (Descrição)	O percentual de locais de votação com seções acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
Para que medir	Assegurar condições para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida participem do processo eleitoral votando em seções com acessibilidade
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Quando medir	Anualmente, no mês de março
Onde medir (Fonte de dados)	Sistema ELO
Como medir (Fórmula de cálculo)	Quantitativo de locais de votação com seções especiais ÷ Total de locais de votação
Evolução desejada	Quanto maior melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	75%	75%	80%	80%	85%	85%

Objetivo: Fortaceler a relação institucional do judiciário com a sociedade

INDICADOR 02: Número de participantes no Projeto Eleitor do Futuro

O que mede (Descrição)	Quantidade de crianças e jovens que participaram do Projeto Eleitor do Futuro
Para que medir	Avaliar o comprometimento do TRE-AM com a responsabilidade social e a adesão dos jovens ao Programa
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral do Amazonas
Quando medir	Anualmente
Onde medir (Fonte de dados)	Relatório anual de atividades
Como medir (Fórmula de cálculo)	Soma do total de participantes no Projeto Eleitor do Futuro
Evolução desejada	Quanto maior melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500

Objetivo: Fortaceler a relação institucional do judiciário com a sociedade

INDICADOR 03: Índice de Transparência

O que mede (Descrição)	Percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 215/2015
Para que medir	Monitorar o nível de transparência e acesso à informação do TRE-AM
Quem mede	Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional
Quando medir	Anualmente
Onde medir (Fonte de dados)	Resultados divulgados pelo CNJ em seu site
Como medir (Fórmula de cálculo)	Média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados no normativo mais recente do CNJ
Evolução desejada	Quanto maior melhor

Metas

2021	2022	2023	2024	2025	2026
90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%

PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: agilizar a produtividade na prestação jurisdicional

INDICADOR 04: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (1º Grau)

O que mede (Descrição)	Indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. Computar os processos somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal.
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral em atender à demanda de processos judiciais
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Quando medir	Anualmente (com monitoramento mensal)
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Justiça em Números – CNJ
Como medir (Fórmula de cálculo)	$(\text{Total de casos pendentes} - \text{Casos pendentes de execução fiscal} - \text{Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de execução fiscal}) \div (\text{Total de processos baixados} - \text{Total de baixados de execução fiscal} + \text{Total de casos pendentes} - \text{Casos pendentes de execução fiscal} - \text{Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de execução fiscal})$
Evolução desejada	Quanto menor, melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	40,00%	35,00%	30,00 %	50,00%	40,00%	35,00%

PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: agilizar a produtividade na prestação jurisdicional

INDICADOR 05: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (2º Grau)

O que mede (Descrição)	Mede o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva
Para que medir	Verificar a capacidade do TRE-AM em atender à demanda de processos judiciais
Quem mede	Secretaria Judiciária
Quando medir	Anualmente (monitoramento mensal)
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Justiça em Números – CNJ
Como medir (Fórmula de cálculo)	(Total de casos pendentes - Casos pendentes de execução fiscal - Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de execução fiscal) ÷ (Total de processos baixados - Total de baixados de execução fiscal + Total de casos pendentes - Casos pendentes de execução fiscal - Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de execução fiscal)
Evolução desejada	Quanto menor, melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	35,00%	50,00%	40,00 %	30,00%	35,00%	50,00%

PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: agilizar a produtividade na prestação jurisdicional

INDICADOR 06: Índice de atendimento à demanda (1º Grau)

O que mede (Descrição)	Indica a capacidade do TRE-AM em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computar os processos somando-se os casos de conhecimento e de execução.
Para que medir	Verificar se o 1º Grau é capaz de baixar processos em número, pelo menos, equivalente ao de casos novos ingressados. Esse indicador deve ser superior a 100% para demonstrar que não houve acúmulo no acervo de processos judiciais pendentes.
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Quando medir	Anualmente (com monitoramento mensal)
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Justiça em números – CNJ
Como medir (Fórmula de cálculo)	Processos baixados ÷ Casos novos
Evolução desejada	Quanto maior melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	150%	80%	150%	80%	150%	80%

PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: agilizar a produtividade na prestação jurisdicional

INDICADOR 07: Índice de atendimento à demanda (2º Grau)

O que mede (Descrição)	A capacidade do TRE-AM em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados
Para que medir	Verificar se o 2º Grau é capaz de baixar processos em número, pelo menos, equivalente ao de casos novos ingressados. Esse indicador deve ser superior a 100% para demonstrar que não houve acúmulo no acervo de processos judiciais pendentes.
Quem mede	Secretaria Judiciária
Quando medir	Anualmente (com monitoramento mensal)
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Justiça em Números – CNJ
Como medir (Fórmula de cálculo)	Processos baixados ÷ Casos novos
Evolução desejada	Quanto maior melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	150%	80%	150%	80%	150%	80%

PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: enfrentar a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

INDICADOR 08: Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais

O que mede (Descrição)	Tempo médio em dias de tramitação dos processos pendentes.
Para que medir	Garantir o tempo razoável para tramitação dos processos de improbidade, corrupção e crimes eleitorais
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria Eleitoral
Quando medir	Semestralmente
Onde medir (Fonte de dados)	Sistema PJE e SADP, se houver
Como medir (Fórmula de cálculo)	Extração dos dados de autuação e movimento de baixa através de sistema
Evolução desejada	Quanto menor, melhor

Metas

2021	2022	2023	2024	2025	2026
< 200 dias					

PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: enfrentar a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

INDICADOR 09: Tempo médio de tramitação dos processos Administrativos disciplinares

O que mede (Descrição)	Tempo médio em dias de tramitação dos processos Administrativos disciplinares
Para que medir	Garantir o tempo razoável para tramitação dos processos de improbidade, corrupção e crimes eleitorais
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria Eleitoral
Quando medir	Semestralmente
Onde medir (Fonte de dados)	Sistema PJE e SADP, se houver
Como medir (Fórmula de cálculo)	Extração dos dados de autuação e movimento de baixa através de sistema
Evolução desejada	Quanto maior melhor

Metas

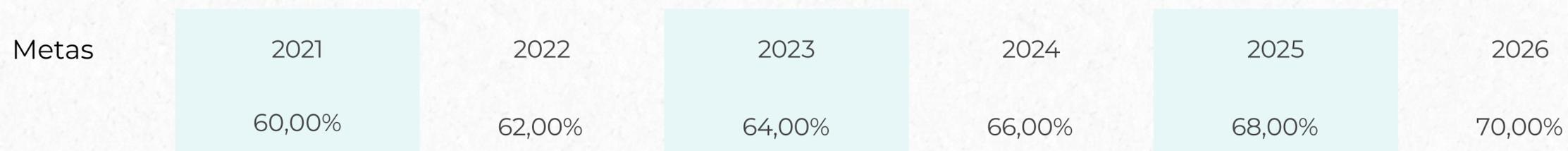
2021	2022	2023	2024	2025	2026
< 120 dias					

PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: promover a sustentabilidade

INDICADOR 10: Índice de desempenho de sustentabilidade

O que mede (Descrição)	Indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ nº 201/2015. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do “Balanço Socioambiental do Poder Judiciário”, produzido pelo DPJ/CNJ.
Para que medir	Monitorar a efetividade das ações socioambientais do TRE-AM
Quem mede	Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional
Quando medir	Anualmente, no mês de março
Onde medir (Fonte de dados)	No site do CNJ, página de divulgação dos balanços socioambientais do Poder Judiciário
Como medir (Fórmula de cálculo)	Conforme descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário
Evolução desejada	Quanto maior melhor



PERSPECTIVA:
PROCESSOS INTERNOS

Objetivo: aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança judiciária

INDICADOR 11: Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia”

O que mede (Descrição)	Percentual da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” (correspondente ao antigo “Qualidade da Informação”), conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.
Para que medir	Monitorar a qualidade dos mecanismos de governança e das informações prestadas pelo TRE-AM
Quem mede	Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
Quando medir	Anualmente
Onde medir (Fonte de dados)	Portaria que regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade e informações encaminhadas pelos tribunais para avaliação da premiação
Como medir (Fórmula de cálculo)	Soma da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” ÷ Soma da pontuação máxima nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia”
Evolução desejada	Quanto maior melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%

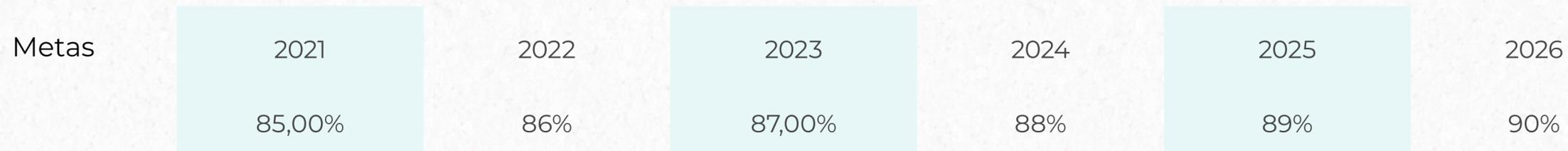
PERSPECTIVA:

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Objetivo: aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

INDICADOR 14: Aderência da execução ao planejamento orçamentário

O que mede (Descrição)	Percentual de execução em acordo com o planejado no processo de elaboração do orçamento. Ou seja, mede a capacidade da Administração de executar suas programações orçamentárias conforme o planejamento que embasou a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
Para que medir	Melhorar a qualidade do planejamento orçamentário, com vistas a reduzir a alocação de recursos a despesas que não tiveram a sua programação devidamente incluída no Plano de Aquisições e no Plano de Obras.
Quem mede	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Quando medir	Anualmente (com monitoramento trimestral)
Onde medir	SIGEPRO/TESOURO GERENCIAL/SIAFI/SIOP
Como medir	Total executado em acordo com a programação orçamentária ÷ Recursos orçamentários alocados no SIGEPRO
Evolução desejada	Quanto maior melhor



PERSPECTIVA:

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Objetivo: aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

INDICADOR 15: Perdas Orçamentárias

O que mede (Descrição)	Relação entre o valor não executado e o valor disponível, considerando o orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados). Ou seja, mede o percentual de utilização dos recursos disponibilizados -inclusive para pagamento de despesas de exercícios anteriores não adimplidas -que não foram utilizados pela Administração.
Para que medir	Reduzir as perdas orçamentárias, mitigar riscos referentes a redução das dotações orçamentárias e promover a melhor utilização dos recursos financeiros disponibilizados ao TRE-AM e à Justiça Eleitoral.
Quem mede	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Quando medir	Anualmente
Onde medir	SIGEPRO/TESOURO GERENCIAL/SIAFI/SIOP
Como medir	$(\text{Orçamento total não empenhado} + \text{Total dos restos a pagar não processados não pagos}) \div (\text{Orçamento total disponível} + \text{Total dos restos a pagar não processados inscritos})$
Evolução desejada	Quanto menor, melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	6,00%	5,50%	5,00%	4,50%	4,00%	3,00%

PERSPECTIVA:

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Objetivo: aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

INDICADOR 16: Taxa de inscrição em restos a pagar

O que mede (Descrição)	Percentual de inscrição em restos a pagar processados e não processados, em relação ao orçamento autorizado do exercício. Ou seja, mede a capacidade de execução do orçamento sob a ótica das despesas empenhadas e não pagas no ano de apuração.
Para que medir	Controlar o estoque da dívida flutuante do TRE-AM, reduzir o risco de frustração do planejamento do ano seguinte ao da apuração e prestigiar o planejamento orçamentário anual.
Quem mede	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Quando medir	Anualmente
Onde medir	SIGEPRO/TESOURO GERENCIAL/SIAFI/SIOP
Como medir	Total inscrito em restos a pagar processados e não processados ÷ Orçamento total disponível
Evolução desejada	Quanto menor, melhor”

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	6,50%	6,00%	5,50%	5,00%	4,50%	4,00%

PERSPECTIVA:

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Objetivo: aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

INDICADOR 17: Utilização do limite de pagamento

O que mede (Descrição)	Relação entre os valores pagos do orçamento corrente e estoque de restos a pagar de exercícios anteriores e o limite de pagamento, de acordo com a Emenda Constitucional nº 95/2016. Ou seja, mede o percentual de pagamento dos recursos disponibilizados, inclusive para pagamento de despesas com restos a pagar efetivamente pagos em relação ao limite de pagamento destinado ao TRE-AM e à Justiça Eleitoral.
Para que medir	Visualizar a execução orçamentária sob a ótica do pagamento, fomentando a completa execução do planejamento financeiro do ano apurado, bem como a redução de perdas orçamentárias e dos estoques de restos a pagar.
Quem mede	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Quando medir	Anualmente (com monitoramento trimestral)
Onde medir	SIGEPRO/TESOURO GERENCIAL/SIAFI/SIOP
Como medir	$(\text{Valores pagos do exercício} + \text{Restos a pagar pagos}) \div \text{Limite estabelecido pela EC nº 95/2016}$
Evolução desejada	Quanto menor, melhor

Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	6,50%	6,00%	5,50%	5,00%	4,50%	4,00%

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
Garantir os direitos fundamentais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar política de acessibilidade para os locais de votação
Fortalecer a relação institucional do judiciário com a sociedade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Eleitor/Político do Futuro 2. Realizar eventos com temas voltados à Cidadania e à importância das Ouvidorias 3. Capacitação dos servidores do Tribunal sobre a Lei de Acesso à Informação 4. Elaboração de cartilhas educativas sobre temas relacionados à Cidadania
Agilizar a produtividade na prestação jurisdicional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de um manual de procedimentos processuais no âmbito da SJD e da CRE 2. Aperfeiçoar o acompanhamento do percentual de alcance geral das metas nacionais 3. Aprimorar a solução informatizada disponibilizada às zonas eleitorais para o acompanhamento específico dos seus processos
Enfrentar a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar a Política e o Programa de Integridade no TRE-AM
Promover a sustentabilidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver o Plano de Logística Sustentável > 2021 -2026
Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança judiciária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aperfeiçoar o Plano de Controle Jurisdicional, com a formalização do processo de Gestão de Metas Nacionais 2. Concluir a implantação de requisitos de governança institucionais
Aperfeiçoar a gestão de pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Iniciativas estão contidas no plano estratégico da SGP
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aperfeiçoar a utilização de controles e práticas administrativas, bem como garantir a conformidade do processo de contratações institucionais com os normativos vigentes 2. Plano de Racionalização dos processos de apoio administrativo 3. Implantação de sistemas de apoio à gestão contratual 4. Adaptar os instrumentos de contratações do TRE-AM aos normativos do CNJ e à nova Lei de Contratações 5. Aperfeiçoar o Plano Diretor de Melhoria da Gestão Orçamentária e Financeira 6. Estruturar o Processo de Trabalho de Gerenciamento de Custos
Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Iniciativas contidas no PETIC 2. Adequação dos sistemas desenvolvidos pelo TRE-AM ao protocolo de prevenção de ataques cibernéticos 3. Atualização do parque computacional das zonas eleitorais do TRE-AM 4. Atualização do parque de equipamentos de segurança de redes nos cartórios e na Sede do TRE-AM 5. Atualização da infraestrutura do ambiente de virtualização do TRE-AM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão do compromisso com o fortalecimento e a integração do Poder Judiciário, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas elaborou seu Planejamento Estratégico em alinhamento com as Estratégias Nacionais do Poder Judiciário.

Este Planejamento vem com o propósito de ajudar este Regional a atender aos anseios da sociedade por uma prestação de serviço de qualidade e célere através do efetivo alcance dos seus resultados. Porém, para a adequada con-

cretização dos planos traçados faz-se necessário o constante monitoramento e avaliação da estratégia.

Ao final, espera-se que a estratégia organizacional alcance a compreensão dos magistrados, servidores e demais colaboradores, para que com o engajamento da alta gestão, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas possa trilhar por um caminho exitoso rumo ao cumprimento de sua missão institucional.

GLOSSÁRIO

Análise SWOT– a Análise SWOT ou Análise FOFA ou FFOA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) (em português) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa.

O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Balance Score Card - BSC– modelo de gestão que auxilia as organizações a traduzirem suas estratégias em objetivos, direcionando comportamentos e desempenho.

Estratégia – caminho mais adequado a ser seguido para alcançar os objetivos da organização.

Indicador – medida que expressa ou quantifica o resultado de determinada realidade.

Iniciativa estratégica – ou projeto, representa um conjunto de atividades ou medidas planejadas para serem realizadas, com responsabilidade de execução definida, a fim de alcançar determinados objetivos e resultados mensuráveis, prazo de duração limitado, considerando os recursos específicos.

Mapa estratégico – É a representação da estratégia de forma gráfica e sintética e orienta o cumprimento da missão institucional rumo à sua visão de futuro definida. É um instrumento que auxilia o melhor entendimento e comunicação da estratégia.

Meta – valor quantitativo ou qualitativo a ser atingido em certo momento futuro

preestabelecido.

Missão – A missão é uma declaração concisa da razão de ser da organização. É o propósito básico para o qual são direcionadas as atividades bem como os valores que orientam os servidores. A missão dos órgãos do Poder Judiciário é definida na Constituição Federal.

Planejamento – processo por meio do qual se define um conjunto de atividades a serem desenvolvidas de forma otimizada para o alcance dos resultados almejados.

Planejamento estratégico – processo de gestão que apresenta, de maneira integrada, o aspecto futuro das decisões institucionais, a partir da formulação da filosofia da instituição, sua missão, sua orientação, seus objetivos, suas metas, seus programas e as estratégias a serem utilizadas para assegurar sua implementação. [Peter Drucker]

Processo – conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas que transforma entradas (insumos, Inputs) em saídas (produtos ou serviços, outputs).

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação.

Valores – Os valores institucionais são ideias fundamentais em torno das quais se edifica uma organização. Representam as convicções dominantes, as crenças básicas das pessoas da organização, que permeiam todas suas atividades e relações.

Visão de futuro – A visão de futuro define a situação desejada que a organização pretende alcançar a longo prazo. Sua definição auxilia a identificação de suas aspirações, orientando de forma ampla o estabelecimento de seus objetivos estratégicos.

Planejamento **ESTRATÉGICO** 2021-2026

